



Diário de Bitita: os atravessamentos memorialísticos entre a escrita de si e perspectivas do feminismo negro decolonial em Carolina Maria de Jesus

Bitita's Diary: The Memorialistic Crossings Between the Writing of One Another and the Perspectives of Decolonial Black Feminism in Carolina Maria de Jesus

Macksa Raquel Gomes Soares

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba/ Brasil

macksasoares32@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-6112-9137>

Resumo: Este artigo é uma análise crítica literária da obra autobiográfica, *Diário de Bitita*, de Carolina Maria de Jesus, (1986). Nele a autora remonta memórias de si para contar o social quando aciona reminiscências de infância e juventude num Brasil pós-escravatura, ao mesmo tempo que, sobrevive as agruras e interseccioniza as relações raciais, de classe e gênero numa escrita que descoloniza os arcabouços e traz ao centro temas caros ao povo negro deste país. Nesse sentido, é importante assinalar que os estudos decoloniais e feministas propõem um novo modo de pensar as narrativas e relações de opressão, sobretudo, quando se refere ao gênero e a sexualidade, enquanto construção sociocultural. Desse modo, este artigo objetiva discutir e refletir sobre a escrita como reelaboração de memórias de si e atravessamentos ancestrais através do olhar da infância de Bitita, igualmente, coletiva-se, assim como refletir sobre o feminismo decolonial e as novas epistemologias proposta nesse sentido pela autora. Valendo-se da metodologia qualitativa de cunho bibliográfico na perspectiva da crítica literária interdisciplinar que versam sobre os temas aqui discutidos. Assim, este estudo está pautado em teorias que ajudam a pensar o texto enquanto memória coletiva e ancestral, Halbwachs (2006), Leda Martins (2003), Cristian Sales (2020) bem como sobre estudos feministas decoloniais aqui representados por María Lugones (2014), Ochy Curiel (2020), bell hooks (2019), Djamila Ribeiro (2019) e outras(os) que ajudam a refletir a narrativa caroliana.

Palavras-chave: escrita de si; memórias ancestrais; feminismo decolonial.

Abstract: This article is a literary critical analysis of the autobiographical work, *Diário de Bitita*, by Carolina Maria de Jesus, (1986). In it the author redates memories of himself to tell the social when he triggers reminiscences of childhood and youth in a post-slavery

Brazil, while survives the hardlines and intersectionizes race, class and gender relations in a writing that decolonizes the frameworks and brings to the center themes dear to the black people of this country. In this sense, it is important to point out that decolonial and feminist studies propose a new way of thinking about narratives and relations of oppression, especially when referring to gender and sexuality, as a sociocultural construction. Thus, this article aims to discuss and reflect on writing as reelaboration of memories of oneself and ancestrais crossings through the look of Bitita's childhood, equally collective, as well as reflect on decolonial feminism and the new epistemologies proposed in this sense by the author. Using the qualitative methodology of bibliographic nature from the perspective of interdisciplinary literary criticism that deal with the topics discussed here. Thus, this study is based on theories that help to think of the text as a collective and ancestral memory, Halbwachs (2006), Leda Martins (2003), Cristian Sales (2020) as well as on decolonial feminist studies represented here by María Lugones (2014), Ochy Curiel (2020), bell hooks (2019), Djamila Ribeiro (2019) and others that help reflect the caroliana narrative.

Keywords: Writing yourself; Ancestral memories; Decolon.

Notas introdutórias

Carolina Maria de Jesus, mulher negra mais conhecida por sua obra *Quarto de despejo* (1960), traduzida em vários países, cuja obra conta a vida da catadora de papel na favela do Canindé, em São Paulo. Jesus, assim, revolve as estruturas acadêmicas e epistemológicas quando escreve sobre o Brasil e suas mazelas. Desse modo, ganha destaque tornando-se mundialmente conhecida e aclamada por uma escrita que desconcerta e denuncia as violências sofridas pelo povo da favela, despejo da cidade, como ela mesma classifica. “Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo” (Jesus, 2013, p. 37).

A autora também publicou romances, músicas, poemas, contos, a novela, *Onde estaes felicidade* (2014), *Pedaços da fome* (1963), *Casa de alvenaria* (1961) e *Diário de Bitita* (1986), cuja obra este estudo se ocupará. *Diário de Bitita* é uma obra póstuma publicada em 1982, 5 anos após a morte da autora, em 1977. Os escritos foram publicados primeiramente na França e em língua francesa a partir de entrevistas dadas por Carolina Maria de Jesus para duas estudantes francesas, Maryvonne Lapouge e Clélia Pisa, responsáveis pela tradução e editoração. E só após isso a obra chega ao Brasil, traduzida e publicada em 1986.

Em tons memorialísticos, Carolina Maria de Jesus, na voz da menina Bitita, ecoa, enuncia e subverte as marcas do colonialismo e as implicações de gênero que são entrecortadas pela relação de raça e classe, dessa forma, narra as vivências de criança até a fase jovem.

A partir do recorte histórico dos primeiros anos da república, como a imigração e substituição da mão de obra escrava, início da escolarização para crianças negras e ainda a exploração de colonos em grandes propriedades, Carolina Maria de Jesus sobreleva acerca das violências sofridas, assim como os atravessamentos enquanto corpo preto de mulher e, ao mesmo tempo, as suas andanças numa constante busca por um lugar no mundo, onde se sinta pertencente e viva.

Bitita, nome carinhoso recebido na infância, ansiava por respostas, pois não entendia o contexto ao redor e as mazelas sofridas por ela e seus pares, por isso era movida pelas perguntas: “Mamãe, eu sou gente ou bicho? Quando será que hei de aprender tudo que há no mundo? (Jesus, 1986, p. 12-23). Algumas das inquietudes de menina sublinhadas na obra destacam o espírito questionador e curioso que fizeram de Carolina Maria de Jesus uma mulher errante, na busca incessante, sobretudo de ser percebida como sujeito dotado de direitos e sentimentos.

Nesse sentido, o texto de Carolina Maria de Jesus dialoga com Beatriz Nascimento em seu livro intitulado *Uma história feita por mãos negras* (2021), quando reflete sobre a condição de ser negro no Brasil. Enfatiza que:

Ser negro é enfrentar uma história de quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir, à prática de ainda não pertencer a uma sociedade a qual consagrou tudo o que possuía, oferecendo ainda hoje o resto de si mesmo. (Nascimento, 2021, p. 49)

É a partir dessa perspectiva que Carolina Maria de Jesus, mesmo em meio à miserabilidade dos seus dias, descoloniza sua vivência, seu cotidiano ao questionar a si e aos outros sobre o porquê de estar naquele lugar ou ainda por ter o corpo objetificado e nunca visto como as demais pessoas ao redor, (os)as brancos(as). Acerca disso, Grada Kilomba (2019, p. 28) teoriza que “descolonizar” a prática da escrita é uma atividade de fazer do objeto, sujeito, centro de suas vivências.

Como sujeito político é que Bitita reflete sobre o espaço que ocupa, rompe ciclos e teoriza sobre estruturas históricas que a inferiorizam e a classificam nesse lugar de incapacidade, desumanizador que animaliza os negros, as mulheres, especialmente as colonizadas. “Um processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para classificação, um processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/ a menos que seres humanos” (Lugones, 2014, p. 939).

A obra discute sobre as marcas do colonialismo que a inviabiliza e a violentava desde criança, enquanto sujeito à margem. Carolina Maria de Jesus destaca como a colonialidade está relacionada à classificação e reclassificação de pessoas, ou seja, um sistema socialmente articulado para reduzir vivências num pseudoprojeto de modernidade que vai culminar no racismo, sexismo e diversas desigualdades sociais e históricas, como explicita Fernanda Rodrigues Miranda (2019):

Carolina Maria de Jesus através da escrita da memória, tece um olhar amplo sobre a experiência negra pós-abolição. Olhar que filtra, principalmente, a exclusão do sujeito negro à nação como fator nuclear da manutenção da colonialidade (Miranda, 2019, p. 28).

Nessa tessitura, Carolina Maria de Jesus expõe as cicatrizes e as feridas do colonialismo, ao mesmo tempo que subverte discursos estereotipados como “corpos sem mentes” (hooks, 1995, p. 468-469), bestificados, como foram rotulados(as) escravizados(as).

Em *Diário de Bitita* (1986), Carolina Maria de Jesus retoma ainda uma outra temática sobre a escrita que resgata a memória ancestral, a condição do sujeito negro sempre colocado como outro, à margem do social, despersonalizado. A autora ao delinear as palavras, reescreve-se, ao mesmo tempo que alvitra a história do seu povo. Assim, desenterra memórias de seus ancestrais por um olhar feminino, desarquivando sabedorias, lutas e resistências.

A autora parte, desse modo, de uma escrita negra, cujo objetivo é teorizar e refletir sobre subjetividades, assim como acerca da negritude, ancestralidade negro-feminina, o feminismo negro. Nesse sentido, escritas como as de Carolina Maria de Jesus institucionalizam discursos epistemológicos e produzem conhecimentos, igualmente valorizam saberes

ancestrais num processo de reconstrução de identidades fraturadas, como enfatiza Cristian Sales (2020):

Instituem politicamente um espaço próprio de enunciação em que as narrativas assentam uma visão de mundo com formas diversas de pensar, sentir e ser. Nesse processo, valorizam saberes ancestrais que atravessaram pelo mar, pelo Atlântico, nos corpos e nas memórias de povos africanos. (Sales, 2020, p. 73)

A partir desses atravessamentos memorialísticos, a obra de Carolina Maria de Jesus textualiza ainda sobre a autoficção de si¹ que coletiva-se aos outros para tecer o fio de suas memórias. Desse modo, Maurice Halbwachs (2006, p. 8) em seu texto *Memória coletiva e individual* enfatiza que ambas se constituem como um fenômeno social e nossas lembranças estão atreladas a esse diálogo recíproco entre o individual e o social. Desse modo, Carolina Maria de Jesus conta suas reminiscências individuais e pluraliza-se com a do seu povo como uma maneira de eternizar sua voz e resgatar subjetividades.

Escrever, como exemplo de múltiplos símbolos para mulher negra, torna-se esse instrumento de rompimento epistêmico dos cativeiros, ou seja, dessa estrutura de exclusão dos corpos negros. Expor-se, mostrar-se para Bitita ali naquela comunidade interiorana de Sacramento, Minas Gerais, é uma forma de rasgar-se. Esse olhar de si faz que as memórias da menina sobreponham à dor de permanecer com o corpo violado pela colonização, uma vez que ao contar de si torna-se o outro numa relação dialógica permitida pela autobiografia.

O fato da narrativa ser composta na forma de caderno de memórias potencializa a estética do corta-o-silêncio, da qual emergem contramemórias coloniais. *Diário de Bitita* é tecido como uma colcha de retalhos, costurando diversos pedaços de vivências de pessoas, que, juntas formam um quadro plural donde é possível apreender a configuração do Brasil pós-colonial através da fala do sujeito negro. (Miranda, 2019, p. 29)

¹ O termo autoficção é empregado neste texto como um espaço literário como múltiplas possibilidades para que esse eu se reconstrua num processo de produção subjetividades. A partir do fazer autobiográfico, a autora constrói uma identidade e reforça a imagem de si e como estas podem dialogar com o social e, igualmente produzir sentido histórico à narrativa, ou seja, a figura de si tem força argumentativa, principalmente entre as mulheres, pois estas rememoram, reinventam a realidade e neste sentido, a literatura se faz cada vez mais prolífica.

Desse modo, autora negra traz ao centro do debate uma escrita de vivências, cuja cor é o marco principal para determinar suas relações e formar como é/será vista pela sociedade. Temos então a escrita de si² e de todos os corpos que comungam da mesma situação de violência imposta pela colonização. “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo, sexismo a colocam no nível mais alto de opressão” (Gonzalez, 2020, p. 58).

Escrita memorialística e autobiográfica e as intersecções raciais

Carolina Maria de Jesus buscou o seu lugar no mundo por meio da escrita, assim, rememorar tornou-se urgente para restituir a identidade, subjetividades e atar as pontas do fio de vida e memórias roubadas. Para Carolina Maria de Jesus, escrever foi uma maneira de manter-se em vigília em meio aos silêncios, para dar espaço a um corpo de mulher negra que anseia em ser enxergada como ser humano, em primeira instância e, por conseguinte, empresta seus escritos para que outras possam também refletir. “Mulheres negras vêm historicamente produzindo saberes e insurgências” (Ribeiro, 2019, p. 75).

Nesse sentido, para povo negro, mulheres negras, especialmente estas, erguer-se e resistir em meios aos escombros provocados pelo racismo, sexismo e todos esses entrecruzamentos que oprimem mulheres e homens nesta conjuntura, é uma tarefa histórica, uma vez que o silenciamento é rompido historicamente por esse *corpus* como um símbolo ancestral de resgate de identidade através da oralidade.

Nesse contexto, explica Leda Martins (2003):

No âmbito dos rituais afro-brasileiros, a palavra poética, cantada e vocalizada, ressoa como efeito de uma linguagem pulsional e mimética do corpo, inscrevendo o sujeito emissor, que é a porta, e o receptor, a quem também circunscreve, em um determinado circuito de expressão, potência e poder. Como um sopro, hálito, dicção e acontecimento performático do corpo e da sabedoria. Como índice do conhecimento, a palavra não se petrifica em um depósito ou arquivo

² Sobre a escrita de si, Klinger (2012) destaca que “é uma maneira de se oferecer ao olhar do outro: ao mesmo tempo que opera uma introspecção e uma abertura ao outro sobre si” (Klinger, 2012, p. 24).

estático, mas é, essencialmente, kinesis, movimento dinâmico e carece de uma escuta atenciosa, pois nos remete a toda *poieses* da memória. (Martins, 2003, p. 67)

Nessa perspectiva de escuta atenta às vozes que Bitita desperta em suas páginas, entendemos que escrever para autora é rebelar-se contra uma estrutura colonizadora, cujos processos a desumanizam. Quando conta sua história, Carolina Maria de Jesus remonta em negras(os) memórias ancestrais de dor, uma vez que ao lembrar-se, conta-os, ao mesmo tempo.

Destarte, dor e esperança dançam a mesma música, já que os vieses narrados atravessam as vivências plurais de um povo. Nesse sentido, Conceição Evaristo (2015) destaca que:

Talvez, estas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua autoinscrição no interior do mundo. E, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. (Evaristo, 2015, p. 2)

Desse modo, Bitita insurge e desalinha a casa grande quando versa sobre sua infância fraturada pelo racismo, sexismo e reivindica o direito de ter sua vivência respeitada. Insubmissa, a intelectual negra textualiza sobre as opressões e efeitos do domínio colonial, ou seja, marcas que não mudam com o passar do tempo e, de modo igual, propõe novas epistemologias de reflexões sobre os corpos negros subalternizados.

A obra traz à baila temas recorrentes na vida de pessoas negras, ou seja, atemporalidade no texto destaca quão enraizadas as estruturas que assolam esses corpos de fora, à margem.

O homem que nasce escravo, nasce chorando, vive chorando e morre chorando. Quando eles nos expulsaram das fazendas, nós não tínhamos um teto decente, num canto, aquele local tinha dono e os meirinhos nos enxotavam [...] E nós tínhamos fé: os homens que lutaram para nos libertar não de nos acomodar, o que nos favorece é que vamos morrer um dia e do outro lado não existe a cor como divisa, lá predominarão as boas que praticamos aqui. (Jesus, 1986, p. 56)

O trecho acima explicita o cenário histórico e social pelo qual os negros e negras vivenciaram naquela época e os resquícios desse processo de colonização. O texto caroliniano expõe diversas mazelas deixadas pelo contexto pós-colonial, tais como, o trabalho escravo em fazendas na condição de colonos, o analfabetismo, o racismo estrutural e epistêmico, meninas e mulheres sendo violentadas pelos senhores das fazendas. “O filho da patroa a utilizaria para o seu noviciado sexual. Meninas que ainda estavam brincando de bonecas, nas cirandas e cirandinhas [...]” (Jesus, 1986, p. 36).

Carolina Maria de Jesus evidencia através das memórias ancestrais a dor dessas existências, cuja chaga de ser negro ainda está viva e é permanentemente sentida por esses sujeitos. Rememorar nesse processo torna-se uma maneira de erguer-se para além dessas estruturas opressoras históricas do corpo feminino e suscitar diálogos que vão na contramão da contemporaneidade desses discursos, em que a violência contra as mulheres cresce em números consideráveis, especialmente entre as negras.

Trazendo a cor da pele como característica importante para o texto, a menina Bitita questiona como uma forma decolonial de insurgir a esse arranjo que desmonta vidas pretas até os dias de hoje. “O pensamento decolonial traz uma nova compreensão acerca das relações globais e locais” (Curiel, 2020, p. 126). Dessa forma, a escrita de Carolina Maria de Jesus, dentro desse movimento decolonial, promove reflexões à luz de uma literatura na qual recorre às memórias de si para aplacar, entender o mundo e transformá-lo.

Nesse sentido, discute temas como racismo, sexismo, a importância de uma educação antirracista na vida de meninas e meninos negros, as marcas da escravidão que impera sobre os corpos negros historicamente. Traz ainda ao bojo questões pertinentes sobre o *corpus* dessa mulher negra e de outras que aparecem na narrativa, como a própria mãe, Cota, sobrelevando que as violências impostas pela cultura patriarcal contra a existência feminina são seculares, especialmente quando esse corpo e voz são negras.

Minha mãe lavava roupa por dia e ganhava cinco mil-réis. Levava-me com ela. Eu ficava sentada debaixo dos arvoredos. O meu olhar ficava circulando através das vidraças olhando os patrões comer na mesa. E com inveja dos pretos que podiam trabalhar dentro das casas dos ricos. Um dia minha mãe estava lavando roupa. Pretendia lavá-la depressa para arranjar dinheiro e comprar comida para nós. Os

policiais prenderam-na. Fiquei nervosa. Mas não podia dizer nada. Se reclamasse o soldado me batia com um chicote de borracha. (Jesus, 1986, p. 29)

No trecho é narrado como a irracionalidade é persistente nas vidas das pessoas pretas, Bitita conta como sua mãe foi presa injustamente fazendo um recorte histórico das opressões, onde o chicote, o açoite apenas se modernizaram: “Eu pensava: É só as pretas que vão presas” (Jesus, 1986, p. 29). O texto evidencia ainda a realidade comum aos negros que é a violência policial, o racismo institucionalizado: “o policial nunca se engana”, alerta Sueli Carneiro (2011, p. 73).

O racismo atravessa a vida de Bitita e marca de maneira cruel suas lembranças de menina, já que continuamente a menina é recordada sobre sua cor da pele ao longo de toda a narrativa, como uma maneira de fazê-la não esquecer de qual lugar ocupa na sociedade.

Eu sabia que era negra por causa dos meninos brancos. Quando brigavam comigo, diziam: — Negrinha! Negrinha fedida! ... não compreendi, mas achei tão confuso! Por causa dos meninos brancos criticarem nosso cabelo: — cabelo pixaim! Cabelo duro!

O meu prazer era ver uma menina branca suplicar-me:

— Bitita, atira uma pedra naquela manga para mim. Pensava: Mesmo sendo preta tenho alguma utilidade. (Jesus, 1986, p. 88-89)

Carolina Maria de Jesus resgata nas pessoas pretas, a reflexão dolorosa de que o racismo sempre esteve presente nas pequenas e grandes lembranças de infâncias atravessadas pela configuração racial. “Admitamos que a criança se lembre: é no quadro da família que a imagem se situa, porque desde o início ela estava ali inserida e dela jamais saiu” (Halbwachs, 2006, p. 6).

Violências verbais e psicológicas fazem parte das vivências familiares, sociais, culturais e escolares, sobretudo nas recordações de meninas(os) pretas(os), práticas que foram naturalizadas pela sociedade. Crianças negras, como Bitita com as imagens de si inferiorizadas reforçando ainda mais o ciclo vicioso do racismo que privilegia uns em detrimento de outros.

Desse modo, a obra reelabora discursos que inter cruzam com outros parecidos ou iguais a este. “A primeira coisa que se acha nesse papo

de racismo é que todo mundo acha que é natural. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (Gonzalez, 2020, p. 224-225).

Lélia Gonzalez (2020), chama atenção para uma temática bastante discutida em torno do mito da democracia racial que impera entre as pessoas não racializadas e constitui o racismo como prática natural, que igualmente violenta os corpos negros de maneira requintada dando a falsa impressão de que a cor da pele não seja característica crucial para que seu corpo seja expurgado ou violado até a morte, porque se é negro(a).

À despeito disso, Beatriz Nascimento (2021) indaga: “Se somos parte integrante de uma democracia racial, porque nossas oportunidades sociais são mínimas em comparação com os brancos?” (Nascimento, 2021, p. 66). O questionamento evidencia acerca de teorias raciais infundadas que deixam a prática do racismo cada vez mais presente e violenta nas vidas de sujeitos negros.

O racismo é uma cultura enraizada e organizada historicamente que assola, exclui e animaliza historicamente uma parcela da população e que precisa ser combatido. Como afirma Almeida (2019), “se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios a depender do grupo racial ao qual pertencem” (Almeida, 2019, p. 32).

A discriminação racial estrutura que negras(os) não são dignos da realeza. Estão fora dos ciclos de privilégios. O não pertencimento os equaliza aos plebeus, inferioriza, na contramão o corpo branco está em seu devido lugar. “O racismo se constitui como a ciência da superioridade eurocristã (branca e patriarcal). Essa reflexão, que nos dá uma pista sobre quem pode falar ou não, quais vozes são legitimadas e quais não são” (Ribeiro, 2019, p. 24).

Quando os pretos falavam: – Nós agora, estamos em liberdade – eu pensava: “Mas que liberdade é esta se eles têm que correr das autoridades como se fossem culpados de crimes? Então o mundo já foi pior para os negros? Então o mundo é negro para o negro, e branco para o branco! (Jesus, 1986, p. 55)

A voz de Carolina Maria de Jesus equalizada por Bitita traz essa dimensão do racismo como prática violenta que norteia a vidas dos sujeitos

negros, ao mesmo tempo que, neutraliza essas vivências. O que denota as urgências de discursos, como os de Carolina Maria de Jesus para promoção de mudanças ou de reflexões mais aprofundadas sobre temas caros às pessoas enquanto sociedade.

Imbuído na literatura sôfrega e autobiográfica de Carolina Maria de Jesus que empresta uma autora que narra sobre si, o *eu* que se mistura a muitas outras vozes que o texto em primeira pessoa pode desencadear. A função do autor/ narrador/ personagem aparece, na maioria das vezes, como uma necessidade de relatar, contar uma história e, ao mesmo tempo, estar dentro desta, ou seja, escrita que narra sobre ele mesmo, cuja necessidade surge para reorganizar suas vivências. Ao falar do eu, experimento algo que o “eu não pode capturar ou assimilar, pois sempre chego tarde demais em mim mesma” (Butler, 2017, p. 103).

Essa voz singularizada é legitimada a partir daquilo que esse narrador-personagem resolve contar de si, os segredos que este prefere revelar, porque transborda, visto que somos seres narradores e narráveis, em condições de construirmos uma narração coerente daquilo que somos e/ ou nos tornarmos. “Memórias situadas numa primeira pessoa irreduzível, performática e linearmente composta” (Miranda, 2019, p. 29). Assim, Bitita narra a dor que pluraliza os lugares, as memórias, as pessoas que a leem.

Escrita feminista negra e decolonial

Inicia-se a discussão contextualizando a ideia de gênero dentro da perspectiva colonial. Neste período, os africanos escravizados, os indígenas eram vistos como “não humanos”, animalizados, sexualmente insaciáveis, como bárbaros, enquanto o homem branco, burguês, colonial tornou-se símbolo de civilidade, urbanidade com poderes de decisão e políticos de uma sociedade. A mulher branca burguesa, por sua vez, era caracterizada como símbolo da beleza, da passividade e pureza. Representava, desse modo, o lar e a subserviência ao homem branco, enfatiza Lugones (2014).

Essa dicotomia gerada nesse recorte histórico influenciava diretamente nas relações que foram se estabelecendo a partir de então, incluindo a visão social, política, sexual e humana no que refere aos povos que foram colonizados e marginalizados.

Os/as colonizados/as tornaram-se sujeitos em situações coloniais na primeira modernidade, nas tensões criadas pela imposição brutal do sistema moderno colonial de gênero. Sob o quadro conceitual de gênero imposto, os europeus brancos burgueses eram civilizados; eles eram plenamente humanos. A dicotomia hierárquica, como uma marca do humano, também tornou-se uma ferramenta normativa para condenar os/as colonizados/as. (Lugones, 2014, p. 936-937)

Nessa relação de constituição de seres dicotômicos, homens e mulheres não eram enxergados como seres humanos, mas na categoria de macho e fêmea. Acerca dessa animalização e considerando esta premissa, é importante destacar que no período da escravidão as mulheres negras não possuíam gênero, veemente conveniente à exploração, “quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens” (Davis, 2016, p. 19). Assim como, obrigadas a trabalhar de forma brutal, sofriam o mesmo ardor desse processo de insensibilizar os sujeitos, como sobreleva Carolina Maria de Jesus:

Eu só ouvi a palavra: “Sumiu! Sumiu! Deve ter sido ela – Eu estava estendendo as roupas quando vi chegarem os dois soldados. – Vamos, vamos, vagabunda. Ladra! Nojenta. Leprosa (...)

Ainda pergunta, cara-de-pau! Você roubou cem mil réis do padre Geraldo. Fui presa por dois soldados.

Compreendi que todos os pretos deveriam esperar por isso.

Quando o soldado ia me bater, o telefone tocou. O padre avisava que havia encontrado o dinheiro na carteira dos cigarros. Ele queria me pedir perdão.

A família não consentiu dizendo que negro tem a mentalidade de animal. A prova é visível, eles sabem dançar e beber pinga. (Jesus, 1986, p. 137)

Partindo dessa discussão, Carolina Maria de Jesus descreve sobre esse atravessamento histórico colonial que desalinha suas vivências e de seus pares na comunidade de Sacramento. Bitita, já na fase jovem, experimenta como as estruturas escravagistas estão fortemente presentes na forma como os sujeitos negros são vistos e tratados, evidenciando assim, uma realidade corriqueira na vida de quem é primeiramente vista pela raça.

Na contramão disso, a autora insurgente rompe com os muros dos arcabouços e ergue-se para tornar-se sujeito. Remove, assim, a trava da colonização, ao mesmo tempo que, nos empresta sua literatura carregada de

significados e historicidades, uma vez que, as mulheres colonizadas estão condicionadas a essa classificação de objeto, de descarte. Desse modo, destaca-se como o processo colonizador criou os(as) colonizados(as) para reproduzir ideias de reduções dos seres.

A discussão a intersecção entre gênero, raça e classe o movimento de invisibilização e violência imposta pela colonização torna-se mais evidente. Para María Lugones (2014), não há uma categoria na qual as mulheres poderão ser consideradas tal qual são, porque de acordo com o sistema de colonização, a mulher colonizada é “vazia”. “Nenhuma mulher é colonizada, nenhuma fêmea colonizada é mulher” (Lugones, 2014, p. 939).

Por estar nesse processo histórico acima mencionado, Carolina Maria de Jesus escrevia, lia e questionava seu lugar. Com o corpo negro de menina perfurado pelo colonialismo e pelas agruras impostas pelo patriarcado na mesma medida, a narradora/personagem não tinha ferramentas sociais, culturais e históricas para sentir-se pertencente, como discute María Lugones. Nesse sentido, Carolina Maria de Jesus descreve:

No mato eu vi um homem cortar uma árvore. Fiquei com inveja e decidi ser homem para ter forças. Fui procurar a minha mãe e supliquei-lhe: — Mamãe... quero virar homem. Não gosto de ser mulher! Faça eu virar homem! — Vai deitar-se. Amanhã, quando despertar, você já virou homem...

Deitei e adormeci. Quando despertei, fui procurar a minha mãe e lamentei:

— Eu não virei homem! A senhora me enganou. (Jesus, 1986, p. 13)

A menina Bitita acreditava que ao virar homem iria ter mais possibilidades de sobrevivência, uma vez que ao vir a ser homem, em meio às violências sofridas, poderia viver uma realidade menos dolorosa “o homem trabalha ganha mais dinheiro do que a mulher e fica rico e pode comprar uma casa bonita para morar” (p. 15).

Caracterizando esse não pertencimento por entender que ser mulher colonizada é estar num grupo daqueles que não foram oportunizados a falar. A voz feminina que alvitra sua condição de mulher colonizada e “vazia”, contudo que rompe silêncios epistêmicos e revisita memórias ancestrais de um coletivo marcado ainda pelo colonialismo.

O texto em estudo destaca ainda uma das premissas que o feminismo negro levanta acerca das lacunas intransigentes que ainda existem entre

mulheres pretas e mulheres brancas. À despeito das mulheres negras essa luta é conduzida a passos lentos, visto que a classe negra-mulher condiciona historicamente à margem, ao que está de fora. “Eu tinha impressão que havia levado um empurrão e sendo atirada fora do mundo” (Jesus, 1986, p. 159).

Mulheres pretas continuam “guetizadas”, estereotipadas por sua cor, aparência, hipersexualizadas e retiradas dos contextos sociais de privilégios, ou seja, a maioria não se beneficia dessas conquistas pelo feminismo na teoria homogênea.

A situação da mulher negra era radicalmente diferente da situação da mulher branca. Enquanto àquela época mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para ser consideradas pessoas. (Ribeiro, 2018, p. 52)

Partindo desse pressuposto, Carolina Maria de Jesus teoriza acerca do feminismo negro decolonial enfatizando que as ideias desse movimento social deva produzir conhecimentos a partir de narrativas políticas que ecoem lutas endossando vozes que respiram em suas escritas e vivências mulheridade que (re)existem em meio aos ciclos que objetificam constantemente e reflete ainda que as mulheres negras não podem ser consideradas como um bloco único, uma vez que partem de lutas, discursos diferentes que não a universalizam.

Desse modo, a obra *Diário de Bitita* reelabora, portanto, o conceito de pós-colonial ao afirmar por meio da escrita esse movimento de rememoração, uma vez que, reinventa, reinterpreta a colonização como parte de um “processo global, transcultural” o que produz uma releitura, reescrita das canônicas narrativas imperiais (Curiel, 2020, p.124).

Nessa discussão, o feminismo decolonial propõe narrativas que sobrepujam às formas de opressão, de poderes violentos, cujos corpos de mulheres subalternizadas são submetidos. Dessa forma, reflete e oferece ferramentas para não sucumbir a eles. Igualmente, descoloniza o gênero, uma vez que, o sistema colonizador tem por objetivo hierarquizar, classificar racialmente, socialmente as mulheres. “Os mundos dos oprimidos compartilham da mesma cor” (hooks, 2019, p. 59).

Carolina Maria de Jesus discute através da obra em estudo vertentes do feminismo negro na perspectiva contemporânea da decolonialidade, subalternidade, desobediência epistemológica, sobretudo, empoderamento

feminino das mulheres negras no reconhecimento e construção de identidade e olhares descolonizados plurais. “Quando percebi que nem São Benedito, nem o arco-íris, nem as cruzeiros não faziam eu virar homem, fui me resignando e conformando: eu deveria ser sempre mulher” (Jesus, 1986, p. 91).

O trecho valida que ser mulher é estar sempre na condição vigilante, portanto, resignar-se para a inocente Bitita é escrever memórias e promover discussões. À luz de alguns fundamentos feministas decoloniais ancoradas na obra pela voz de uma menina-mulher negra, semianalfabeta é que são desmontadas estruturas com raízes profundas no sistema opressor colonial, e, ao mesmo tempo, realinhadas às ideias do movimento negro feminista amparada sob o olhar de um corpo oprimido que propaga lutas de mulheres também negras que compartilham experiências de violências similares.

Considerações finais

A prática de escrita de Carolina Maria de Jesus repara as humanidades de mulheres negras negadas por muito tempo. Restabelece nesse corpo que escreve a verdade de que ainda é possível pensar a condição negra como parte de um processo que deve ir na contramão da morte, como uma possibilidade de viver para além de situações opressoras.

Desse modo, Carolina Maria de Jesus vai desenhando linhas que versam sobre as memórias da infância e igualmente conta sobre experiências dolorosas de quem teve as subjetividades fraturadas, subjugadas pelo racismo, sexismo, fome, miséria num país que segrega, destitui pessoas racializadas.

A obra desvela, portanto, que as relações de classe, raça e gênero devem instrumentalizar reflexões epistemológicas para pensar conhecimentos a partir de práticas que descolonizem o saber e a escrita de pessoas negras, sobretudo mulheres como uma maneira de insurgir a processos dolorosos e restituir identidades.

A partir dessa tessitura, ao fazer uma autobiografia a autora constrói uma identidade, a partir de memórias que reforçam imagens de si e como estas dialogam com o social e, igualmente produzir sentido histórico à narrativa, ou seja, a figura de si tem força argumentativa, principalmente entre as mulheres, pois é inerente à humanidade rememorar, reinventar a realidade e neste sentido, a literatura se faz cada vez mais prolífica.

Carolina Maria de Jesus costura as linhas memorialísticas de uma vida marcada pela violência, outrossim elabora uma escrita esperançosa, porque Bitita era uma menina que via o mundo com olhos da poeticidade, ansiava por um espaço para caber, o que talvez justifique sua fase adulta ser marcada pelas andanças.

A autora buscava seu lugar, sobretudo a si, colhendo as ausências que uma mulher preta pode experimentar em sua trajetória, mas sempre na ânsia de territorialidades onde suas subjetividades fossem devolvidas, de fato.

A leitura de Carolina Maria de Jesus promove urgências de dias mais esperançosos. “Já compreendi que o mundo é coletivo. É um precisando dos outros” (Jesus, 1986, p. 163).

Referências

ALMEIDA, S. L. de. *Racismo estrutural*. Coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019, 264 p.

BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução: Rogério Bettoni. 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020, p. 124-126.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. *Revista Z Cultural*, v. 3, 2015, p. 1-3. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos-lugares-de-nascimento-de-minha-escrita/>. Acesso em: maio de 2022.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Flávia Rios e Márcia Lima (org). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- hooks, b. Intelectuais negras. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, ago/dez. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: mar. 2023.
- hooks, b. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução: Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.
- JESUS, C. M. de. *Diário de Bitita*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1986.
- JESUS, C. M. de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Abril educação, 2013.
- KLINGER, D. I. *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica*. 2. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 2014, v. 22, n. 3, 2014, p. 935-952. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqnzb>. Acesso em: out. 2020.
- MARTINS, L. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. *Letras*, n. 26, 63-8, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11881>. Acesso em: maio 2022.
- NASCIMENTO, B. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Organização Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- RIBEIRO, D. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- RIBEIRO, D. *Lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- MIRANDA, F. R. “Diário de Bitita” ou “um Brasil para brasileiros”: pós-abolição e narrativa em Carolina Maria de Jesus. *Revista Athenas*, v. 17, n. 2, 2019, p. 26-42. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/athena/article/view/4408>. Acesso em: maio 2022.
- SALES, C. de. Literatura e crítica negra caribenha: releitura da história de las ancestras e a reescrita de identidades femininas. *Revista Rascunhos Culturais/ Universidade Federal do Mato Grosso do Sul*. v. 1, n. 1, 2020, p.

69-100. Disponível em: https://www.academia.edu/50002628/literatura_e_cr%C3%80icanegra_caribenha_releitura_da_hist%C3%93ria_de_las_ancestras_e_a_reescrita_de_identicidades_femininas. Acesso em: maio 2022.